

## ANEXO A – MINUTA DE TERMO DE CONTRATO HOSPITAIS E MATERNIDADES



MINISTÉRIO DA DEFESA  
MARINHA DO BRASIL  
COMANDO DO 9º DISTRITO NAVAL  
POLICLÍNICA NAVAL DE MANAUS

CONTRATANTE: UNIÃO/ MINISTÉRIO DA  
DEFESA/MARINHA DO BRASIL/ POLICLÍNICA NAVAL DE  
MANAUS

CONTRATADO: Hospitais e Maternidades.

OBJETO: Prestação de serviços de assistência médico-  
hospitalar.

NATUREZA: Ostensiva.

VIGÊNCIA:

VALOR ESTIMADO:

REGIME DE EXECUÇÃO: indireta, empreitada por preço  
unitário.

PROCESSO Nº: 63482.001988/2025-35

CONTRATO Nº:

A União, entidade de direito público interno, por intermédio da POLICLÍNICA NAVAL DE MANAUS, órgão do Ministério da Defesa – Marinha do Brasil, com sede na Rua Rio Itaquai, s/n, Vila Buriti Distrito Industrial - Manaus - AM, CEP 69.072-080, inscrita no CNPJ sob o nº 00.394.502/0482-60, representada neste ato pelo seu Ordenador de Despesas, Capitão de

Fragata - Vivian Scofano, portadora da Cédula de Identidade militar nº 746219-1, expedida pelo Serviço de Identificação da Marinha, inscrito no CPF sob o nº 042.427.177-09, residente e domiciliado nesta cidade, doravante denominado CONTRATANTE, e de outro lado a Organização de Saúde Extra-Marinha (OSE) \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, estabelecida à Rua \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, neste ato representada pelo Sr. Diretor Administrativo, portador da célula de identidade nº \_\_\_\_\_ expedida pela \_\_\_\_\_, inscrito no CPF sob o nº \_\_\_\_\_, residente e domiciliado nesta cidade, doravante denominado CONTRATADO, têm entre si justo e contratado, nos termos da legislação infraconstitucional constante do Edital de Credenciamento, que integram o presente Termo de Contrato, que será regido pelas seguintes cláusulas e condições estipuladas:

### **CLÁUSULA PRIMEIRA - Do objeto.**

1. A finalidade deste Contrato é garantir, aos militares da ativa, da reserva ou reformados, pensionistas e seus dependentes e Servidores Civis da Marinha do Brasil (ativos e inativos) e dependentes diretos e indiretos, nas condições especificadas neste instrumento e no edital, por intermédio de **Hospital Geral**, assistência médico-hospitalar, ambulatorial, atendimento de emergência/urgência em regime de 24 (vinte e quatro) horas diárias.

1.1. O objeto contratual abrange as seguintes especialidades:

1.1.1. **[Especificar as especialidades cobertos por este termo:** Alergologia, anatomia patológica e citopatologia, anestesiologia, angiologia (cirurgia vascular), braquiterapia (radioterapia para próstata), cardiologia, cirurgia geral, cirurgia do aparelho digestivo, (órgãos anexos e parede abdominal), cirurgia cardíaca, hemodinâmica, cirurgia de, mama, cirurgia de cabeça e pescoço, cirurgias ortopédicas, cirurgia pediátrica, cirurgia, plástica reparadora, cirurgia torácica, clínica médica, dermatologia clínico-cirúrgica, endocrinologia, endoscopia digestiva (CPRE), fisioterapia, fisiatria, fonoaudiologia, gastroenterologia, geriatria e gerontologia, ginecologia e obstetrícia, hematologia, radiologista geral (raios-x simples e contrastado, ultrassonografia, ecocardiografia, tomografia e ressonância magnética), infectologia, medicina física e reabilitação, medicina do sono, medicina nuclear, nefrologia,

neurocirurgia, neurologia, neurofisiologia, nutrição, oftalmologia, oncologia, ortopedia e traumatologia, terapia ocupacional, terapia semi-intensiva neonatal, otorrinolaringologia, pediatria, pneumologia, proctologia, psicologia, psicopedagogia, psiquiatria, quimioterapia, radiodiagnóstico, reumatologia e urologia (litotripsia e urodinâmica), e uroginecologia], devidamente reconhecidas pelo respectivo órgão federal da profissão e regulamentada por lei.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA - Da vinculação ao edital.**

2. Este instrumento está vinculado ao Edital de Credenciamento da Policlínica Naval de Manaus, de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 20\_\_\_\_, do qual é parte integrante, bem como seus anexos.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA - Do fundamento legal.**

3. A presente contratação fundamenta-se nos artigos 74, *caput* e 79 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

#### **CLÁUSULA QUARTA - Do regime de execução.**

4. As condições gerais de execução dos serviços constam da Seção 7 “DO REGIME DE EXECUÇÃO”, do edital, observadas as regras especiais abaixo registradas.

5. Para atendimentos ambulatoriais e/ou procedimentos eletivos, a apresentação do paciente nas instalações do CONTRATADO correrá por conta do beneficiário.

6. A remoção do paciente será de responsabilidade do CONTRATANTE que, dependendo do quadro clínico, avaliará a necessidade de utilização do serviço próprio ou do atendimento pré-hospitalar e inter-hospitalar móvel, contratados por meio de credenciamento.

7. Nos casos de atendimento nas áreas de fonoaudiologia, de fisioterapia, de terapia ocupacional e de psicologia, o encaminhamento deverá ser efetuado, prioritariamente, por médico militar, depois de verificado o parecer do médico especialista e quando esgotados todos os recursos existentes da CONTRATANTE.

8. O CONTRATADO obriga-se a apresentar, à CONTRATANTE, a relação dos profissionais que integram seu corpo clínico, com seus respectivos registros nos conselhos de classe, cadastrados e autorizados, por parte do CONTRATADO, para atender aos beneficiários deste

termo nas respectivas profissões e especialidades.

8.1. O CONTRATADO obriga-se a manter junto ao CONTRATANTE uma relação atualizada dos profissionais que integram seu corpo clínico, com seus respectivos registros nos conselhos de classe;

8.2. Quando o corpo clínico do CONTRATADO for constituído, em parte ou no seu todo, por meio de **cooperativa vinculada**, esta deverá apresentar a relação acima descrita, cumpridas as formalidades postas, diretamente para o CONTRATANTE, nos termos do Anexo “J” do edital.

9. O CONTRATADO, representado no seu Corpo Clínico, prestará assistência médico-hospitalar conforme a seguinte discriminação: cuidados rotineiros de enfermagem, material a ser consumido em serviços cirúrgicos e em curativos, recursos complementares de diagnóstico e de terapia, salas de cirurgia e instalações equipadas com material e instrumental necessários à execução de atos médicos, medicação, alojamento, serviço de lavanderia, demais serventias e alimentação, inclusive dietas especiais e outros produtos nutricionais quando prescritos por parte do médico assistente.

10. Os serviços contratados serão prestados diretamente por profissional do próprio CONTRATADO, entendendo-se como:

10.1. O membro do Corpo Clínico do CONTRATADO;

10.2. O que tenha vínculo de emprego com o CONTRATADO;

10.3. O autônomo que presta serviço ao CONTRATADO.

11. Equipara-se ao subitem 10.3, o profissional de saúde integrante de pessoa jurídica que exerça atividades na área de saúde, em caráter regular, nas instalações do CONTRATADO.

12. A execução e o controle do presente instrumento serão avaliados, pelo CONTRATANTE, mediante supervisão direta ou indireta dos procedimentos realizados, através do comparecimento periódico e regular de pelo menos um dos membros da equipe de Auditores da CONTRATANTE, às dependências do CONTRATADO, a fim de examinar a documentação nosológica dos pacientes, assim como a qualidade das instalações e do serviço prestado.

13. A equipe de auditoria do CONTRATANTE terá acesso irrestrito a qualquer dependência do CONTRATADO, estando este obrigado a fornecer, quando solicitado pelo CONTRATANTE,

documentos médico-legais, justificativas para exames, lista de pacientes internados e quaisquer outros documentos pertinentes segundo as normas de regulamentação vigentes.

**14.** A solicitação de exame ou de procedimento coberto pelo FUSMA, decorrente de atendimento realizado pelo CONTRATADO, será, obrigatoriamente, precedida de análise por médico militar ou serviço de auditoria da CONTRATANTE, que decidirá pela sua autorização ou negação.

**15.** É vedada a prescrição de exames em bloco ou daqueles que partam da iniciativa do próprio usuário.

**16.** Os beneficiários do FUSMA têm direito à cobertura ou ao financiamento de órteses e próteses não odontológicas, após a indispensável indicação de médico especialista, devidamente justificada por meio de relatório e exames especializados, e aprovada por médico militar, de acordo com regulamentação da Diretoria de Saúde da Marinha (DSM).

16.1. A cobertura acima indicada inclui órteses e próteses nacionais, registradas na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), inerentes e ligadas diretamente ao ato cirúrgico eletivo, submetido ao parecer da Comissão de Ética;

16.2. Ao beneficiário do FUSMA será permitida a utilização de órteses e próteses não odontológicas por importação, quando não houver similares nacionais que atendam às especificações do tratamento, e estará condicionada à autorização prévia da DSM.

**17.** Os tratamentos não cobertos pelo sistema FUSMA, conforme anexo “T” do edital, não se incluem na presente contratação.

17.1. Caso solicitado, o CONTRATADO obriga-se a advertir o paciente ou seu responsável de que suportará os pagamentos decorrentes de exame, de procedimento, material e afins.

**18.** No caso de óbito ocorrido com paciente internado, o CONTRATADO notificará, de imediato, a família do paciente e a CONTRATANTE, através do e-mail: [pnma.secom@marinha.mil.br](mailto:pnma.secom@marinha.mil.br), a quem caberá tomar as providências subsequentes.

**19.** Nos casos de internação, o CONTRATADO deverá solicitar autorização prévia da CONTRATANTE, **conforme o modelo do Anexo II deste termo.**

**20.** O abandono do tratamento realizado, pelo beneficiário, implicará no término da

autorização para o procedimento e na indenização do serviço já prestado.

**21.** As faturas referentes às internações de longa permanência (com mais de quinze dias) deverão ser subtotalizadas e entregues dentro do mês de internação do paciente com a apresentação das despesas, pelo CONTRATADO.

21.1. O CONTRATADO deverá remeter, semanalmente, às segundas-feiras, via e-mail: [pnma.secom@marinha.mil.br](mailto:pnma.secom@marinha.mil.br), à CONTRATANTE, a lista de pacientes internados.

**22.** A execução deste contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante do CONTRATANTE, designado por Portaria do Ordenador de Despesas da CONTRATANTE. O CONTRATADO manterá um preposto, aceito por parte da Administração, no local do serviço, para representá-lo.

**23.** O Serviço de Auditoria da CONTRATANTE possuirá o poder de vistoriar, de forma irrestrita, toda a documentação nosológica do beneficiário, bem como a documentação contábil e fiscal pertinente a este contrato.

#### **CLÁUSULA QUINTA - Dos preços e das condições de pagamento.**

**24.** Os serviços e o fornecimento agregado serão remunerados, conforme a Seção 8 – “DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO” – do edital de credenciamento.

**25.** Registrem-se abaixo regras de contraprestação específicas a este tipo de contrato:

**26.** O CONTRATADO acolherá por contraprestação os pacotes de prestação de serviços: *[especificar os pacotes cobertos por este termo – Anexo “N” do edital - que conjuguem avaliação, prescrição e acompanhamento com acomodações (hotelaria), taxas hospitalares, instrumental cirúrgico, gasometria, equipamentos e outros serviços especiais para efetivação do tratamento proposto]*.

**27.** Deverá constar na nota fiscal, referente a medicamentos, materiais e OPME não constantes tabela referenciada, averbação com referência ao nome do paciente, nome do médico responsável e a data da realização do ato médico.

**28.** A indenização das contas apresentadas será concedida somente quando o usuário for encaminhado pela CONTRATANTE, por meio de encaminhamento médico da PNMa, acompanhado da Guia de Apresentação do Usuário (GAU) contendo a assinatura do

beneficiário ou de seu responsável que comprove a prestação do serviço.

28.1. No caso de comprovada urgência e (ou) emergência o beneficiário poderá ser atendido independentemente de encaminhamento, mediante assinatura de um “termo de Compromisso” pelo beneficiário ou dependente, se comprometendo a levar a GAU ao Hospital, no período de até 48h, conforme modelo do anexo IV deste contrato.

28.2. Caso o atendimento culmine na internação do beneficiário, a CREDENCIADA deverá comunicar a ocorrência à CREDENCIANTE, de imediato mediante telefone e e-mail definido neste Edital. Ao ser comunicado, a CREDENCIANTE enviará o auditor concorrente ou médico designado, que visitará o paciente e emitirá parecer sobre a comprovação da situação de urgência ou emergência e a necessidade ou não da permanência na CREDENCIADA.

28.3. O FUSMA não se responsabilizará ou ressarcirá as despesas, caso não seja comprovada a urgência e (ou) a emergência e tenham sido cumpridas as providências acima previstas.

28.4. O atendimento no caso de emergência ou comprovada urgência será coberto por guia de encaminhamento única, emitida impessoalmente ao Serviço de Pronto-Socorro, que abarque o atendimento que fora dispensado ao beneficiário, ainda que tal atendimento envolve equipe multidisciplinar.

28.5. Em casos de emergência ou de urgência devidamente comprovada, o atendimento será autorizado mediante guia de encaminhamento única, emitida de forma impessoal ao Serviço de Pronto-Socorro, a qual deverá abranger integralmente os procedimentos realizados em favor do beneficiário, ainda que prestados por equipe multiprofissional.

**29.** Procedimentos não especificados na GAU e os não cobertos não serão ressarcidos por parte da CONTRATANTE.

**30.** A Diária Hospitalar será contada do dia imediato da internação, excluído o dia da alta hospitalar, se a mesma ocorrer até às 12h.

**31.** O CONTRATADO deverá apresentar a fatura à Seção de Auditoria da CONTRATANTE, entre o 1º e o 10º dia do mês subsequente, na Secretaria de Comunicação da PNMa (SECOM), a fatura, em 01 (uma) via de igual teor, em nome da Policlínica Naval de Manaus (PNMa),

Unidade Gestora do Fundo de Saúde da Marinha no Comando do 9º Distrito Naval, anexando todos os comprovantes de despesas, o encaminhamento médico, as Guias de Encaminhamento (GAU) com as assinaturas dos beneficiários ou de seus responsáveis que comprove a prestação do serviço, a relação de materiais e medicamentos gastos relativos aos atendimentos prestados no mês considerado, discriminando número de ordem, data, número da GAU, nome do usuário, número do documento de identidade, número de matrícula do Servidor Civil ou de seu dependente, se for o caso, Número de Identificação Pessoal (NIP), se militar contribuinte do FUSMA, código das Tabelas e Catálogos constantes no Anexo “N” deste edital, pacote adotado, valor em R\$ (reais), relatório de conferência (espelho), ficha de controle de procedimentos e demais detalhamentos pertinentes.

31.1. A CONTRATANTE não será responsabilizada pelo atraso nos pagamentos que sejam decorrentes da apresentação das faturas ou outros documentos fora dos prazos estipulados e com vícios formais que ensejem devolução.

31.2. O CONTRATADO deverá apresentar as faturas em lotes separados, organizados por despesas com consultas, exames, setor de ambulatório, internações e emergência/urgência.

31.3. A CONTRATANTE restituirá a documentação acima citada, se a mesma apresentar rasuras, incorreções ou outros vícios de forma em até 15 (quinze) dias do recebimento do respectivo protocolo.

31.4. Aceita a documentação, dentro do prazo acima fixado, a mesma será recebida por meio de termo circunstanciado assinado pelas partes.

**32.** A CONTRATANTE glosará, total ou parcialmente, mediante motivação, a remuneração pelos serviços prestados especificados nas faturas que não estiverem de acordo com este termo ou edital.

32.1 A CONTRATANTE realizará glosa total administrativa das guias de encaminhamento apresentadas com prazo acima de 60 (sessenta) dias da data de sua emissão ou mais de 45 (quarenta e cinco) dias após a data de finalização do atendimento, o que ocorrer por último.

32.2 O CONTRATADO terá o prazo de até 72 (setenta e duas) horas úteis para disponibilizar os prontuários para a equipe de auditoria da PNMa, a contar da data de



entrada da fatura no protocolo da Seção de Auditoria da PNMA.

32.3 Será realizada a glosa administrativa total das contas, nos casos em que não forem cumpridos os prazos definidos no subitem 32.2.

32.4 Eventuais glosas, totais ou parciais, serão realizadas em até 15 (quinze) dias úteis, a contar da data de recebimento das faturas.

32.5 A glosa parcial da fatura não impede o pagamento de sua porção incontroversa, independente de solicitação ou recurso do CONTRATADO.

32.6 Havendo glosa total ou parcial, a PNMA, comunicará o fato por escrito ao CONTRATADO que, querendo, poderá recorrer da decisão, por escrito, apresentando para tanto, todos os documentos e argumentos técnicos e administrativos cabíveis, no prazo de 15 (quinze) a 20 (vinte) dias úteis, a contar da notificação por e-mail.

32.7 O CONTRATADO terá o prazo de 05 (cinco) dias para notificar o recebimento do Relatório de Auditoria da CONTRATANTE, por meio do correio eletrônico.

32.8 A CONTRATANTE deverá responder ao recurso de glosa apresentado pelo CONTRATADO, no prazo de 5 (cinco) a 10 (dez) dias úteis.

32.9 A glosa poderá ocorrer em qualquer etapa do processo de auditoria, seja na etapa prévia, concorrente e/ou pós-auditoria. Esta poderá ser aplicada mediante conhecimento técnico-científico e evidências comprobatórias, tabelas, bulas e valores constantes no Edital e seus anexos. Cabendo ao CONTRATADO o direito do contraditório, sendo respeitados os prazos previstos no item 32.8.

32.10 Todo esse processo de glosa, relatório escrito e recurso de glosa poderão ser suprimidos quando a análise for realizada “*in loco*”, caso em que eventuais divergências serão discutidas e compensadas no mesmo momento, à luz do prontuário, presentes os auditores do CREDENCIANTE e da CREDENCIADA. Nesse caso, uma vez que a análise seja acordada e assinada por ambas as partes não caberá mais qualquer forma de recurso.

32.11 A CONTRATANTE possuirá o prazo de 15 (quinze) a 20 (vinte) dias úteis para apresentar relatório de glosa, contado a partir do término do prazo do subitem 31.4.

32.12 O CONTRATADO poderá interpor pedido de reconsideração, nos termos do art. 165, II, da Lei nº 14.133, de 2021, contra a decisão da glosa, constantes das faturas

restituídas pela CONTRATANTE, conforme o Índice de Glosa do anexo III deste termo, dentro do prazo de 3 (três) dias úteis.

#### **CLÁUSULA SEXTA - Da atualização dos preços.**

33. O critério de atualização dos preços contratados consta do Capítulo 9 “DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS” do edital de credenciamento.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA - Da vigência.**

34. O prazo de vigência da contratação é de 120 (cento e vinte) meses, contados da assinatura do contrato, não cabendo prorrogação, na forma do art. 107 da Lei nº 14.133, de 2021. Após tal prazo deverá ser providenciado novo instrumento contratual.

#### **CLÁUSULA OITAVA - Da dotação orçamentária.**

35. Os recursos previstos para os pagamentos dos atendimentos decorrentes deste Edital serão os seguintes:

35.1 Para OSE: Orçamento Geral da União, Recursos da Gestão 00002, Fonte de Recursos 10000000000/1005000144, Programa de Trabalho Resumido 216820, Natureza de Despesa 33903950 e Plano Interno B422010Z2C1/B422010002DU.

#### **CLÁUSULA NONA - Da responsabilidade civil.**

36. A fiscalização ou o acompanhamento da execução deste instrumento contratual não exclui nem reduz a responsabilidade do CONTRATADO.

37. A responsabilidade a que se refere a presente Cláusula estende-se à reparação de dano eventual de instalações, equipamentos e/ou aparelhagens, essenciais à prestação dos serviços que compõem o objeto deste Contrato.

38. O CONTRATADO será responsável, civil e penalmente, pelos danos causados aos pacientes, por terceiros vinculados, decorrentes de omissão, voluntária ou não, negligência, imperícia ou imprudência.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - Das sanções.**

39. As sanções aplicáveis restam previstas na Seção 12 - “DAS SANÇÕES” - do edital de credenciamento.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Da rescisão.**

40. O presente contrato poderá ser rescindido nas hipóteses da Seção 13 – “DA RESCISÃO” - do edital de credenciamento.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – Das obrigações da contratante.**

41. As obrigações constam da Seção 10 – “OBRIGAÇÕES DA CREDENCIANTE” – do edital de credenciamento.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – Das obrigações do contratado.**

42. As obrigações constam da Seção 11 – “OBRIGAÇÕES DOS CREDENCIADOS” – do edital de credenciamento.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – Das acomodações para internação.**

43. Os padrões de acomodações hospitalares para os beneficiários do FUSMA e seus dependentes constam no subitem 7.18, da Seção 7 – “DO REGIME DE EXECUÇÃO” – do edital.

44. Será também reconhecido como modalidade de acomodação para as internações dos pacientes o serviço de “Hospital-Dia”, sendo coberto para todos os beneficiários deste Termo de Contrato.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – Da negação de remuneração a militares.**

45. O militar, estando na ativa, integrantes das Forças Armadas ou servidor civil da MB não poderá receber remuneração, honorários, complementação destes ou pagamento por serviços profissionais prestados ao beneficiário atendido sob a regência do presente Termo de Contrato.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – Da subcontratação.**

46. É permitido ao CONTRATADO subcontratar parte dos serviços objeto deste termo, em relação à(s) empresa(s) ora relacionada(s) [O CONTRATADO *deverá indicar os eventuais subcontratados*]:

46.1. Inserir informações das empresas subcontratadas da OSE [Objeto: serviço ofertado – pessoa jurídica subcontratada: nome das empresas subcontratadas da OSE];

46.2. Inserir informações das empresas subcontratadas da OSE [Objeto: serviço ofertado

- pessoa jurídica subcontratada: nome das empresas subcontratadas da OSE].

47. O subcontratado deverá comprovar os requisitos de habilitação, pertinentes a sua empresa, postos no edital.

48. A subcontratação não liberará o CONTRATADO de suas responsabilidades contratuais e legais quanto ao objeto subcontratado.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - Do valor do contrato.**

49. O valor global estimado para fazer face às despesas relativas ao objeto deste contrato terá como base o levantamento estimativo dos encaminhamentos que foram realizados nos últimos doze meses pela Policlínica Naval de Manaus, nos contratos anteriores de natureza semelhante.

49.1 O valor estimado deste contrato deverá ser tratado apenas como dado estatístico, fruto da evolução da despesa no período citado, bem como forma de determinar a base de cálculo para aplicação de penalidades previstas neste contrato;

49.2 O valor estimado deste contrato não poderá servir de base rígida para a apresentação da Nota Fiscal/Fatura Mensal, já que o total de gastos do mês dependerá dos atendimentos e serviços prestados no respectivo período, em consonância com o regime de empreitada por preço unitário;

49.3 O CONTRATADO aquiesce, desde já, a redução do valor do contrato a monta realmente executada, ainda que acarrete redução, para além do limite permitido no art. 125 da Lei nº 14.133, de 2021, observado que inexistirá expectativa de direito quanto ao valor estimado.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - Obrigações pertinentes à LGPD**

50. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

51. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

**52.** É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

**53.** Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

**54.** A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

**55.** É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

**56.** O Contratado deverá exigir de sub operadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

**57.** O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

**58.** O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

**59.** Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

59.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

**60.** O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de

dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

**61.** Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

**CLÁUSULA DÉCIMA NONA - Do foro.**

**62.** O foro para dirimir questões relativas ao presente Contrato será o de Manaus/AM, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA - Disposição final**

**63.** E, por estarem justos e contratados, preparam o presente Termo de Contrato, em 4 (quatro) vias de igual teor, para um só efeito, o qual, depois de lido e achado conforme, vai assinado pelas partes signatárias contratantes e por duas testemunhas, para que produza seus efeitos legais, comprometendo-se as partes, a cumprir e fazer cumprir o que ora é pactuado, em todas suas cláusulas e condições.

Manaus, AM, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20 \_\_\_\_.

Pelo CONTRATANTE:

\_\_\_\_\_  
Ordenador de Despesas da Policlínica Naval de Manaus

Pelo CONTRATADO:

\_\_\_\_\_  
Representante legal

**TESTEMUNHAS:**

# ANEXO I à Minuta de Termo de Contrato para Hospitais Gerais e Maternidades



MINISTÉRIO DA DEFESA  
MARINHA DO BRASIL  
COMANDO DO 9º DISTRITO NAVAL  
POLICLÍNICA NAVAL DE MANAUS

## TERMO DE AJUSTE PRÉVIO

Nome do Hospital:.....

Rua ..... N° ..... Cidade .....UF.....

Nome do beneficiário.....

Nome do responsável.....

Nome do médico assistente.....

CRM ..... CPF.....

O beneficiário ou seu dependente, o hospital e o médico assistente, acima referidos, ajustam entre si as seguintes condições:

1. Sobre-preço das instalações hospitalares especiais, livremente escolhidas pelo beneficiário ou seu responsável, limitado à tabela de preços para a clientela particular, considerada a dedução do valor da diária paga pelo FUSMA ao Hospital:

R\$.....

2. Complementação de honorários profissionais do médico assistente, conforme constar do contrato (ou convênio) firmado, e de até 100% (cem por cento) dos valores constantes da tabela da AMB, adotada pela Previdência Social:

R\$ .....

Local e data:.....

Assinatura do beneficiário:.....

Assinatura do médico assistente: ..... CRM: .....

Observações:

a) Para cada médico ou odontólogo, que assistir ao paciente, deverá ser firmado um Termo de Ajuste Prévio.

b) O FUSMA não se responsabilizará pelos valores que excederem aos previstos nos contratos ou convênios estabelecidos.

c) Este ajuste não autoriza a cobrança de taxas não previstas em Termo de Contrato celebrado entre a CONTRATANTE e o CONTRATADO, de quaisquer naturezas.

d) O presente documento deverá ser emitido em quatro vias, com a seguinte destinação: 1ª via - beneficiário ou responsável; 2ª via – FUSMA; 3ª via - hospital; 4ª via - médico assistente.

\_\_\_\_\_, \_\_\_,...../...../.....

\_\_\_\_\_  
Nome e assinatura do beneficiário

\_\_\_\_\_  
Nome e assinatura do responsável pelo Hospital



**ANEXO II à Minuta de Termo de Contrato para Hospitais Gerais e Maternidades**

MINISTÉRIO DA DEFESA  
MARINHA DO BRASIL  
COMANDO DO 9º DISTRITO NAVAL  
POLICLÍNICA NAVAL DE MANAUS

**SOLICITAÇÃO DE INTERNAÇÃO**

Solicito ao Fundo de Saúde da Marinha (FUSMA) autorização para internação do(a) paciente:

(Nome do Paciente) \_\_\_\_\_,

NIP ou matrícula do SIAPE \_\_\_\_\_, no(a) ☐ Hospital ou ☐ Clínica:

(Nome da Instituição) \_\_\_\_\_.

Com Diagnóstico de: \_\_\_\_\_

CID: \_\_\_\_\_

Cujos principais sinais e sintomas são: \_\_\_\_\_

Justificativa para internação: \_\_\_\_\_

Caráter da Internação: ☐ Eletiva ☐ Urgência/Emergência

Tipo de tratamento: ☐ Clínico ☐ Cirúrgico

Descrição dos Procedimentos (tratamento)	Quantidade	Código AMB

Data da internação \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Data da cirurgia \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ ( se o tratamento for cirúrgico)

Previsão do tempo de hospitalização: \_\_\_\_\_

Materiais especiais?

☐ Não

☐ Sim, descrição:

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_,AM,\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

(assinatura e carimbo do médico)

# ANEXO III à Minuta de Termo de Contrato para Hospitais Gerais e Maternidades



MINISTÉRIO DA DEFESA  
MARINHA DO BRASIL  
COMANDO DO 9º DISTRITO NAVAL  
POLICLÍNICA NAVAL DE MANAUS

## TABELA DE GLOSA DO FUSMA

1	ATENDIMENTO NÃO CARACTERIZADO URGÊNCIA	45	MEDICAÇÃO EM DESACORDO COM A PRESCRIÇÃO
2	ACOMODAÇÃO ACIMA DA AUTORIZADA	46	MEDICAÇÃO EM EXCESSO
3	ATENDIMENTO POR MÉDICO MILITAR	47	MEDICAÇÃO NÃO JUSTIFICADA PARA O CASO
4	COBRANÇA 30% EM DIA E HORA NORMAL	48	MEDICAÇÃO NÃO PRESCRITA
5	COBRANÇA 30% NÃO URGÊNCIA/EMERGÊNCIA	49	MEDICAÇÃO NÃO UTILIZADA
6	CONSULTA INCLUSA NO PROCEDIMENTO CIRÚRGICO	50	MEDICAMENTO ACIMA DO PREÇO DE MERCADO
7	CURATIVO INCLUSO NO PROCEDIMENTO CIRÚRGICO	51	MEDICAMENTO DE ALTO CUSTO SEM AUTORIZAÇÃO PRÉVIA
8	DATA DE ATENDIMENTO FORA DE SEQUÊNCIA	52	MEDICAMENTO SUSPENSO
9	DATA DE ATENDIMENTO FORA COMPETÊNCIA	53	COBRANÇA INDEVIDA DE MEDICAMENTO DE MARCA
10	DIAGNÓSTICO ILEGÍVEL	54	PACIENTE NÃO É BENEFICIÁRIO FUSMA
11	DIÁRIAS EM EXCESSO	55	PRESCRIÇÃO MÉDICA COM RASURA/ILEGÍVEL
12	DIÁRIAS FORA DA TABELA ACORDADA	56	PRESTADOR DESCREDENCIADO
13	DOCUMENTO SEM ASSINATURA/CARIMBO MÉDICO	57	PROCEDIMENTO/EXAME EM EXCESSO
14	EPI DE RESPONSABILIDADE DO PRESTADOR	58	PROCED/EXAME INCOMPATÍVEL COM DIAGNÓSTICO
15	ESPECIALIDADE NÃO AUTORIZADA	59	PROCEDIMENTO/EXAME EM DUPLICIDADE
16	EVENTO INCLUSO EM PACOTE ACORDADO	60	PROCEDIMENTO/EXAME NÃO AUTORIZADO/NÃO RATIFICADO
17	EVENTO NÃO COMPORTA COBRANÇA	61	PROCEDIMENTO/EXAME NÃO REALIZADO
18	EXAME NÃO PREVÊ COBRANÇA DE CONTRASTE	62	PRONTUÁRIO/FICHA/BOLETIM ILEGÍVEL
19	EXAMES SEM LAUDO	63	PRONTUÁRIO/FICHA/BOLETIM RASURADO

20	EXAMES/PROCEDIMENTOS NÃO REQUISITADOS	64	RETORNO DE CONSULTA
21	FALTA DISCRIMINAÇÃO DE SERVIÇOS EXECUTADOS	65	SADT/EXAMES FORA DA TABELA ACORDADA
22	FALTA REGISTRO DE EVOLUÇÃO MÉDICA/ENFERMAGEM	66	SEM AUTORIZAÇÃO P/PROCEDIMENTO OU EXAME
23	FILME - COBRANÇA EM DESACORDO COM CBR	67	SEM DIAGNÓSTICO
24	GUIA DE APRESENTAÇÃO DO USUÁRIO (GAU) ILEGÍVEL	68	SEM GUIA/OFÍCIO DE ENCAMINHAMENTO
25	GAU SEM ASSINATURA DO PACIENTE/RESPONSÁVEL	69	SOLICITAÇÃO MÉDICA COM DATA RASURADA
26	GAU AUTORIZADA PARA OUTRO PRESTADOR	70	SOLICITAÇÃO COM DATA POSTERIOR AO EXAME
27	GAU FORA DA VALIDADE	71	SOLICITAÇÃO MÉDICA COM DATA A POSTERIORI DO EVENTO
28	GAU NÃO AUTORIZADA	72	SOLICITAÇÃO MÉDICA SEM DATA
29	GAU AUTORIZADA PARA OUTRO BENEFICIÁRIO	73	SOMA ERRADA - CÁLCULO
30	GAU AUTORIZADA PARA OUTRO PROCEDIMENTO	74	TAXAS FORA DA TABELA ACORDADA
31	GAU SEM CARIMBO DE AUTORIZAÇÃO	75	TAXAS INDEVIDAS/EXCESSO
32	GAU CARBONADA OU FOTOCOPIADA	76	VISITA HOSPITALAR EM DUPLICIDADE
33	HONORÁRIOS MÉDICOS FORA DA TABELA OU EXCESSO	77	VISITAS INCLUSAS NO PROCEDIMENTO CIRÚRGICO
34	MAT/MED ADQUIRIDO PELO USUÁRIO A SEU CRITÉRIO	78	VISITA ESPECIALISTA SEM AUTORIZAÇÃO PRÉVIA
35	MATERIAL ACIMA DO PREÇO DE MERCADO	79	INTERNAÇÃO NÃO AUTORIZADA/INFORMADA
36	MATERIAL DE ALTO CUSTO/OPME SEM NOTA FISCAL	80	OUTROS
37	MATERIAL EM EXCESSO	81	DIETA EM DESACORDO COM A PRESCRIÇÃO
38	MATERIAL INCLUSO EM PACOTE	82	DIETA EM EXCESSO
39	MATERIAL INCLUSO NO PROCEDIMENTO	83	DIETA NÃO JUSTIFICADA PARA O CASO
40	MATERIAL/OPME NÃO AUTORIZADO/RATIFICADO	84	DIETA NÃO PRESCRITA
41	MATERIAL NÃO JUSTIFICADO PARA O CASO	85	DIETA NÃO UTILIZADA
42	MATERIAL NÃO UTILIZADO	86	DIETA ACIMA DO PREÇO DE MERCADO
43	MATERIAL REUTILIZÁVEL - PAGAMENTO PARCIAL		
44	MEDICAÇÃO NÃO CONSIDERADA DE URGÊNCIA		

**ANEXO IV à Minuta de Termo de Contrato para Hospitais Gerais e Maternidades**

MINISTÉRIO DA DEFESA  
MARINHA DO BRASIL  
COMANDO DO 9º DISTRITO NAVAL  
POLICLÍNICA NAVAL DE MANAUS

**TERMO DE COMPROMISSO PARA ENTREGA DA GAU**

Nome do titular do FUSMA: \_\_\_\_\_

Nome do dependente (paciente): \_\_\_\_\_

NIP: \_\_\_\_\_ Especialidade atendida: \_\_\_\_\_

Data de atendimento: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ Hora de emissão: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Telefone de contato do responsável: \_\_\_\_\_

Declaro que fui atendido(a), em caráter de URGÊNCIA ou EMERGÊNCIA, pela Organização de Saúde Extra-MarInha: \_\_\_\_\_, e me comprometo a providenciar em até 48 (quarenta e oito) horas ou 2 (dois) dias úteis, a contar da data do atendimento, a GAU (Autorização).

Estou ciente que o não cumprimento deste termo acarretará o pagamento integral das despesas realizadas, conforme disposto no item 7.5.1 do edital.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do beneficiário ou responsável

\_\_\_\_\_  
Assinatura da recepcionista responsável pelo atendimento (legível)

OBS: O hospital ficará com o termo original e o responsável pelo paciente ficará com a cópia.

## ANEXO V à Minuta de Termo de Contrato para Hospitais Gerais e Maternidades



MINISTÉRIO DA DEFESA  
MARINHA DO BRASIL  
COMANDO DO 9º DISTRITO NAVAL  
POLICLÍNICA NAVAL DE MANAUS

**SOLICITAÇÃO COMPLEMENTAR - LAUDO MÉDICO**

Solicito ao FUSMA a autorização para tratamento do(a) paciente:

Nome do Paciente: \_\_\_\_\_

Clínica: \_\_\_\_\_

Idade do Paciente: \_\_\_\_\_ Matrícula: \_\_\_\_\_ Com Diagnóstico de: \_\_\_\_\_ CID: \_\_\_\_\_

Cujos principais sinais e sintomas são: \_\_\_\_\_

1. Diárias de **UTI**: Quantidade: \_\_\_\_\_ dias – Início: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ até \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

2. **Prorrogação**: Quantidade: \_\_\_\_\_ dias – Início: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ até \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
(Apto/Enfermaria)

3. **Mudança** de Procedimento: \_\_\_\_\_

4. **Materiais** de **ALTO CUSTO**: Descrição: \_\_\_\_\_

5. **Medicamentos** de **ALTO CUSTO**: Descrição e Dosagem: \_\_\_\_\_

6. **Acompanhamento** clínico em pós-operatórios ou clínico: \_\_\_\_\_

7. Outros **serviços especiais**: \_\_\_\_\_

8. **ÓRTESES, PRÓTESES E MATERIAIS ESPECIAIS CIRÚRGICOS (OPMEC)**:

Código	Descrição DETALHADA da OPME *	Quantidade

\* Se a OPMEC não constar na lista do FUSMA (Anexo N do Edital), **DEVERÁ** apresentar **03 orçamentos**.

**DATA DA CIRURGIA:** \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ (se o tratamento for cirúrgico)

**JUSTIFICATIVA:** \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

Observações: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

\_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
assinatura e carimbo do médico

**ANEXO VI à Minuta de Termo de Contrato para Hospitais Gerais e Maternidades****TERMO DE RESPONSABILIDADE**

Eu, \_\_\_\_\_, CPF \_\_\_\_\_, responsável pela internação de \_\_\_\_\_, declaro que recebi as informações previstas na legislação vigente, acerca do funcionamento do Sistema de Saúde da Marinha (SSM) aos militares da Marinha do Brasil e de seus dependentes contribuintes do Fundo de Saúde da Marinha (FUSMA), para atendimento em situações de urgência ou emergência em Organização de Saúde Extra-Marinha (OSE) credenciada contratada ou conveniada.

Também é de meu conhecimento que, em caso de possibilidade de remoção ou evacuação do(a) paciente sob minha responsabilidade para uma Organização Militar de saúde e não haja concordância de minha parte, o beneficiário titular será o responsável por todas as despesas posteriores, isentando o SSM e o FUSMA de quaisquer responsabilidades e despesas oriundas da continuidade do tratamento.

Local, data: \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_

\_\_\_\_\_  
Nome - CPF

Observação 1: cópia do Termo de Responsabilidade, assinado, deverá ser “de imediato” fornecida ao responsável pela OSE mediante recibo.

Observação 2: em caso de recusa em assinar, o responsável pela internação e o responsável pela OSE serão certificados dos termos da legislação de regência pelo oficial médico designado para verificação, sendo lavrada a respectiva certidão, confirmada por 2 (duas) testemunhas, se possível).

CERTIFICO que o responsável pela internação, o(a) senhor(a) \_\_\_\_\_, após ter sido informado os termos acima descritos, recusou-se a assinar o presente Termo de Responsabilidade

\_\_\_\_\_  
Nome do militar designado – Posto

Testemunha 1 \_\_\_\_\_ Testemunha 2 \_\_\_\_\_